



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- E M E R J -

PROVA DE SELEÇÃO - CP I

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

15 DE NOVEMBRO DE 2009

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

A Constituição assegura aos servidores públicos o exercício do direito de greve, na forma regulamentada em lei. Não há lei tratando da matéria.

Diante da inércia do Poder Legislativo e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os servidores públicos podem exercer seu direito? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

O mandado de segurança, uma das garantias previstas na Constituição, pode ser usado como instrumento de controle de decisões judiciais? **(máximo de 20 linhas)**

II - DIREITO CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

É sabido que os contratos onerosos podem ser comutativos ou aleatórios. Nestes podemos distinguir aqueles que são aleatórios por sua própria natureza e aqueles que são acidentalmente aleatórios. Dê a distinção entre ambos, exemplificando. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

CAIO, em sua ida para o trabalho, usa como meio de transporte o trem. No dia 04/12/2007, por volta das cinco horas da manhã, embarcou em composição ferroviária pertencente à FLUMITRENS. O embarque ocorreu na estação de Deodoro, estando a composição com excesso de passageiros e trafegando com as portas abertas. Em determinada curva, com o balanço do trem, CAIO, que se encontrava próximo à porta, foi jogado para fora do trem, tendo caído na via férrea. Com a queda, o trem passou por cima de sua perna direita, amputando-a.

CAIO sobreviveu ao acidente, com a seqüela relativa a perda de sua perna direita. CAIO era mecânico e trabalhava em determinada oficina, com carteira assinada.

A perícia detectou um período de sessenta dias de incapacidade total temporária e, posteriormente, uma incapacidade parcial permanente, no percentual de 50% (cinquenta por cento), para a atividade laborativa específica de mecânico.

Responda em no máximo 20 linhas:

• Existe responsabilidade civil da FLUMITRENS? Em caso positivo, dê os fundamentos legais, bem como a natureza da responsabilidade da empresa.

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

CAIO impetra mandado de segurança perante o juízo competente da Comarca da Capital. A liminar pretendida foi indeferida, o que motivou a interposição de um recurso de agravo, na modalidade de instrumento, perante o TJ-RJ. O desembargador relator deste recurso negou seguimento ao mesmo na forma do art. 527, inciso I, CPC, tendo constado no corpo da decisão diversos outros julgados neste mesmo sentido. Ocorre que, à época destas decisões, vigia a antiga Lei nº 1.533/51, que realmente era omissa quanto a esta questão.

Como fica a questão frente à nova lei que disciplina o mandado de segurança? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

CAIO promove demanda em face de TÍCIO, postulando que o demandado lhe seja condenado a pagar danos morais e danos materiais. Os dois pedidos, contudo, foram julgados improcedentes pelo magistrado de 1ª instância. Desta decisão, o demandante interpõe recurso de apelação impugnando apenas o capítulo que não acolheu o pedido de danos materiais.

Após transcorridos 3 anos, o Tribunal de Justiça analisa o recurso e mantém a decisão do Juiz. Esta decisão do Tribunal não foi impugnada por nenhum recurso, tendo a mesma transitada em julgado. Passados seis meses, Caio resolve ajuizar ação rescisória.

Indaga-se: esta ação rescisória poderá eventualmente discutir tanto o pedido de danos morais quanto o de danos materiais ou somente poderá recair sobre o capítulo que julgou o pedido de danos materiais? A resposta deverá esclarecer a forma de contagem do prazo decadencial de dois anos previsto no art. 495 do CPC. **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Esclareça o que se entende pelo princípio da eventualidade no Direito Processual Civil. **(máximo de 20 linhas)**

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

MUNDIRAMA HORTALIÇAS Ltda, em razão de profunda crise decorrente de retração de mercado e uma política de gestão ultrapassada, requereu sua recuperação judicial, tendo o pedido sido processado nos termos do art.52 da Lei nº 11.101/05. Sem objeção dos credores ao plano, a recuperação foi concedida pelo juiz.

Decorridos dez meses da concessão, o devedor decidiu alienar uma de suas unidades produtivas para tentar obter um valor melhor daquele ativo e ter melhores condições de cumprir o plano aprovado.

Pergunta-se: A medida pode ser adotada sem a manifestação do Comitê ou da Assembleia de Credores, considerando-se não ter sido prevista no plano? Fundamente sua resposta na Lei de Falências. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Acionistas minoritários de uma companhia fechada questionam a decisão da assembleia geral que deliberou o cancelamento de 9% (nove por cento) das ações ordinárias, sem redução do capital social, pela incorporação a este de metade do valor das reservas estatutárias e de metade da reserva legal.

Pergunta-se: É possível anular a deliberação da assembleia? Fundamente com amparo legal. **(máximo de 20 linhas)**

V - DIREITO PENAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Que se entende por autoria mediata no cometimento de um crime? Em que se distingue da coautoria? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em que se distinguem a legítima defesa do estado de necessidade? E o exercício regular de direito, do estrito cumprimento de dever legal? **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Que se entende por garantidor? **(máximo de 20 linhas)**

VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Indaga-se se é legalmente possível encerrar um inquérito policial em mais de trinta dias, estando preso o indiciado. Fundamente sua resposta, indicando, inclusive, os dispositivos legais em que se funda. **(máximo de 20 linhas)**

2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Explique, indicando a base legal se sua resposta, se, depois de configurada a preclusão, a pronúncia pode ser legalmente alterada. **(máximo de 20 linhas)**

3ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Ao ser intimado da sentença pela qual foi condenado a 6 anos de reclusão, o réu manifestou expressamente sua vontade de não recorrer. Todavia, seu defensor, intimado da sentença, interpôs apelação. Diga de modo fundamentado se, nas circunstâncias, o apelo defensivo pode ser conhecido. **(máximo de 20 linhas)**

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

- QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)

VANILDO adquiriu um fogão na filial de Nova Iguaçu de uma grande rede de comércio. Ocorre que, quatro dias após a compra, o fogão apresentou um defeito de fabricação que inviabilizou sua utilização.

Em estado de desespero, pelo fato de ter se desfeito de seu fogão velho, VANILDO, que é servente de obra e tem sete filhos ainda sob seu sustento, retornou à loja e explicou o problema, sendo orientado a procurar a assistência técnica localizada na Barra da Tijuca, a qual disporia de trinta dias para a solução do caso.

Ao indagar sobre a possibilidade de troca do aparelho, VANILDO foi esclarecido pelo preposto da rede de comércio que não se realizava troca e nem conserto de produtos, e que a culpa pelo defeito não era do comerciante, e sim do fabricante.

Assiste razão ao preposto da rede de comércio? Explique. **(máximo de 20 linhas)**

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA

1ª. QUESTÃO (20 PONTOS)

A Distribuição das Receitas Oriundas do Pré-sal

A descoberta da província petrolífera denominada Pré-sal, que compreende jazidas de petróleo e gás natural situadas a cerca de 5.000 m de profundidade e a aproximadamente 300 km do litoral brasileiro, tem suscitado intensos debates acerca do modelo mais adequado para reger as atividades de exploração e de produção de petróleo e gás nesta área.

Paralelamente, analisa-se ainda se a distribuição dos recursos advindos do recolhimento de *royalties* e de participações especiais incidentes sobre a produção de petróleo e gás natural desta província deve ou não obedecer aos mesmos critérios hoje praticados.

Nessa linha, o § 1º do art. 20 da CF/88 assegura, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

As compensações financeiras pelos resultados da exploração ou, mais precisamente, da produção de petróleo ou gás natural a que se refere o § 1º do art. 20 da CF/88, são reguladas nos seguintes dispositivos da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97):

- a) compensação financeira ordinária (*royalties*): artigos 45, 47, 48 e 49;
- b) compensação financeira extraordinária (participação especial): artigos 45 e 50.

De acordo com essas regras, somente os Estados e Municípios confrontantes com os campos produtores, conforme os critérios utilizados pelo IBGE e aqueles afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP, têm acesso a tais recursos.

Por outro lado, os Estados e Municípios não contemplados por tais regras alegam que, como os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, assim como os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União – na forma do disposto no próprio art. 20 da CF/88 –, os benefícios gerados pela produção de petróleo e gás natural devem contemplar toda a nação.

À luz do acima exposto e dos princípios federativo e de combate das desigualdades regionais, entre outros, discuta se as regras que tratam a distribuição dos recursos advindos da produção de petróleo e gás natural vigentes devem, também, aplicar-se ao Pré-sal ou se tais recursos devem beneficiar os demais entes da Federação. ELABORE UMA DISSERTAÇÃO ARGUMENTATIVA POSICIONANDO-SE A RESPEITO DO TEMA PROPOSTO. (25 A 30 LINHAS)

Constituição Federal: - Art. 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; [Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005](#)

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

INDIQUE, NO CADERNO DE RESPOSTAS, A ALTERNATIVA EM QUE HÁ ERRO DE CONCORDÂNCIA VERBAL:

- A) Cerca de mil pessoas completaram a maratona.
- B) Perto de quinhentos candidatos ao cargo tinham mestrado.
- C) Mais de um ginasta perdeu o patrocínio.
- D) Mais de um político se ofendeu no debate.

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

INDIQUE, NO CADERNO DE RESPOSTAS, A ÚNICA ALTERNATIVA EM QUE O PRONOME OBLÍQUO TENHA VALOR SEMÂNTICO DE POSSE:

- A) O detetive afirmou que lhe seguirá os passos.
- B) Entreguei-lhe prontamente os documentos exigidos.
- C) Informaram-lhe o ocorrido no dia seguinte.
- D) Os pais já afirmaram que lhe querem bem, como a um filho.

BOA SORTE !